



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

### SENTENÇA

Processo nº: **1010479-94.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Paulo Roberto Joaquim e outros**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos,

(fls. 485/489) - Alegam os recorrentes que a decisão foi contraditória quanto à apreciação do pedido da inicial.

Instada, a requerida se manifestou às fls. 494/495.

Presentes os requisitos recursais intrínsecos e extrínsecos, **conheço** dos embargos opostos e lhes **dou provimento** para reconhecer a contradição, acrescendo-se, daí, à sentença proferida, os seguintes termos:

*"(...) Com relação ao auxílio transporte, sendo sua finalidade a indenização do trabalhador pelo seu deslocamento até seu local de trabalho, não é passível a cobrança de imposto de renda.*

*Assim, não há incidência de imposto de renda sobre os valores recebidos a título de auxílio alimentação e auxílio transporte, de inegável natureza indenizatória.*

*No mais fica dispensada a comprovação de possível restituição dos valores aqui discutidos, por ocasião do cumprimento de sentença.*

*Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, para determinar que a requerida se abstenha de incluir na base de cálculo do imposto de renda os valores recebidos pelos autores à título de auxílio alimentação e transporte (com relação somente aos autores que efetivamente recebem ou receberam tal gratificação), bem como condená-la a restituir os valores indevidamente retidos, não atingidos pela*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

*prescrição quinquenal.*

*A correção monetária deverá incidir desde a data em que houve a indevida retenção sobre as benesses indicadas e os juros de mora a partir da citação, devendo a correção monetária das prestações em atraso ser calculada pelo índice IPCA/IBGE, ao passo que os juros de mora deverão ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, tendo em vista o efeito suspensivo concedido em sede de embargos de declaração com relação ao decidido no RE nº 870/947/SE.*

*P.I.C."*

Araraquara, 09 de novembro de 2018.

|   |
|---|
| <b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b> |
|---|